

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ~ MARÇO/2016 ~



Eletrobras
Eletropar

Comentário de Desempenho
Relatório dos Auditores Independentes
Balço Patrimonial
Demonstração do Resultado do Período
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Valor Adicionado
Notas Explicativas

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no primeiro trimestre de 2016, lucro no valor de R\$ 1.403, inferior em 1,83% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 1.430.

As Receitas Totais no período findo em 31 de março de 2016, atingiram o montante de R\$ 3.811, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 51,52% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2015 estas no montante de R\$ 2.515.

No primeiro trimestre de 2016, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e do reconhecimento de dividendos declarados pela investida Eletropaulo.

O Resultado Financeiro no primeiro trimestre de 2016, no montante de R\$ 2.803 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil. Tal resultado foi maior em 76,11% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 1.592.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 1.944, no primeiro trimestre de 2016, observa-se um aumento de 112,00%, em relação ao mesmo período de 2015, quando seu valor foi de R\$ 917. Cabe destacar que foi reconhecido, no primeiro trimestre de 2016, provisão de R\$ 712 referente a redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo.

Excluindo-se do primeiro trimestre de 2016 a provisão em virtude dessa perda, as Despesas Operacionais montariam em R\$ 1.231, superior em 34,30% em relação ao mesmos período de 2015.

O aumento nas Despesas Operacionais ocorreu em virtude, principalmente, das despesas com "Tributos e Contribuições", pois o PIS e COFINS passaram a incidir sobre as receitas financeiras a partir de julho de 2015, e das despesas com "Pessoal/honorário", em virtude do reajuste por acordo coletivo e da requisição de um empregado da *holding* Eletrobras, em maio de 2015, em substituição do empregado que retornou à Eletrobras no exercício de 2014.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial da Companhia em 31 de março de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 10, a investida Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A - CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão no

www.eletrobraspar.com.br

montante de R\$ 1.490.996 mil (efeito na Companhia - R\$ 9.807 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O2T-SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

ATIVO		31/03/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
	Nota		
Caixa e Equivalentes Caixa	5	19.881	5.388
Títulos de Valores Mobiliários	6	47.919	64.053
Remuneração dos investimentos	7	638	91
Ativos fiscais a compensar	9	2.130	3.919
Outros Créditos		316	316
Contas a Receber com Partes Relacionadas	8	2.384	2.384
		73.268	76.151
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a Receber - Eletronet	8	2.768	2.768
Ativos fiscais a compensar	9	3.870	2.192
Depósitos judiciais		55	54
		6.693	5.014
INVESTIMENTOS			
	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		29.710	29.345
Avaliados a valor justo		70.068	62.178
IMOBILIZADO			
		33	37
INTANGÍVEL			
		26	28
		106.530	96.602
TOTAL DO ATIVO		179.798	172.753
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas	13	1.341	1.341
Contas a pagar	11	8.265	11.461
Tributos e contribuições sociais		453	218
Obrigações estimadas		316	316
Provisões para riscos trabalhistas	16	300	300
		10.675	13.636
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	14.267	11.342
Contas a Pagar - Cedentes	11	2.768	2.768
		17.035	14.110
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		481	481
Dividendo adicional proposto		4.020	4.020
Ajustes de avaliação patrimonial		28.130	22.452
Lucros / (Prejuízos) acumulados		1.403	-
		152.088	145.007
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.798	172.753

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(em milhares de Reais)

		01/01/2016 a 31/03/2016	01/01/2015 a 31/03/2015
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos	Nota	547	198
Participação societária	10	<u>365</u>	<u>712</u>
		<u>912</u>	<u>910</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal/honorários		(787)	(659)
Materiais e produtos		(11)	(15)
Viagens, condução e treinamento		(13)	(5)
Serviços de terceiros		(177)	(156)
Propaganda e publicidade		(9)	(3)
Tributos e contribuições		(135)	-
Aluguel, condomínio e IPTU		(21)	(20)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	10	(712)	-
Outras		<u>(79)</u>	<u>(59)</u>
		<u>(1.944)</u>	<u>(917)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.032)</u>	<u>(7)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		2.899	1.605
Despesas financeiras		(96)	(13)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>2.803</u>	<u>1.592</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>1.771</u>	<u>1.585</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>(368)</u>	<u>(155)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>1.403</u>	<u>1.430</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO			
Básico e Diluído		0,11929	0,12152

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(em milhares de Reais)

	<u>01/01/2016</u> a <u>31/03/2016</u>	<u>01/01/2015</u> a <u>31/03/2015</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.403	1.430
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	8.602	7.712
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	(2.924)	(1.838)
Outros resultados abrangentes - coligadas	-	(77)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	7.081	7.227

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2014	118.054	215	-	22.633	-	140.902
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	5.874	-	5.874
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	(77)	-	(77)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	1.430	1.430
Em 31 de março de 2015	118.054	215	-	28.430	1.430	148.130
Em 31 de dezembro de 2015	118.054	481	4.020	22.452	-	145.007
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	5.678	-	5.678
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	1.403	1.403
Em 31 de março de 2016	118.054	481	4.020	28.130	1.403	152.088

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

	01/01/2016 a 31/03/2016	01/01/2015 a 31/03/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.403	1.430
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	7	7
Resultado de participações societárias	(365)	(712)
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	712	-
Sub total	<u>1.757</u>	<u>725</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(547)	(198)
Ativos fiscais a compensar	111	11
Títulos de Valores Mobiliários	<u>16.134</u>	<u>(11.144)</u>
	<u>15.698</u>	<u>(11.331)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	234	53
Contas a pagar com Partes Relacionadas	<u>(3.196)</u>	<u>(71)</u>
	<u>(2.962)</u>	<u>(18)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	<u>14.493</u>	<u>(10.624)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	-	(15)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(15)</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>14.493</u>	<u>(10.639)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.388	14.529
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>19.881</u>	<u>3.890</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>14.493</u>	<u>(10.639)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(em milhares de Reais)

	<u>01/01/2016</u> a <u>31/03/2016</u>	<u>01/01/2015</u> a <u>31/03/2015</u>
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(282)	(231)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	(712)	-
	<u>(994)</u>	<u>(231)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(994)</u>	<u>(231)</u>
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(7)	(7)
	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	<u>(1.001)</u>	<u>(238)</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	2.899	1.605
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	912	910
	<u>3.811</u>	<u>2.515</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>2.810</u>	<u>2.277</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração direta	620	489
Impostos, Taxas e Contribuições	668	324
Remuneração do capital de terceiros	119	34
Remuneração do capital próprio: Lucro Líquido (Prejuízo) do período	1.403	1.430
	<u>2.810</u>	<u>2.277</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.

ELETROPAR

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 01.104.937/0001-70

NOTAS EXPLICATIVAS DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

A Administração da Companhia aprovou as informações trimestrais em 11 de maio de 2016.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício

findo em 31 de dezembro de 2015. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Valor Econômico, no dia 15 de abril de 2016.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco do Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 4,14%*	Cenário Provável 4,50%	Cenário Possível 4,00%	Cenário Remoto 5,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	2.803	3.050	2.711	3.388

* Taxa para o período de três meses encerrados em 31 de março de 2016.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas ao resultado.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de março de 2016.

31/03/16

	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	62.178	62.178
Aplicações financeiras	69.403	-	69.403
	69.403	62.178	131.581

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei n.º 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução n.º 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/03/16	31/12/2015
Caixa e Bancos	32	38
Aplicações Financeiras	19.849	5.340
	19.881	5.388

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS – TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	Indexador	Saldo em 31/03/2016	Saldo em 31/12/2015
Cotas do Fundo (venc. Após 90 dias)	pré-fixado	47.919	64.053
		47.919	64.053

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia. A Eletropaulo declarou o pagamento de dividendos na Reunião do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2016.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
EDP – Energias do Brasil	39	39
EMAE	52	52
Eletropaulo	547	-
	<u>638</u>	<u>91</u>

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Em 2015, após a decisão da ELETROPAR, juntamente com a ELETROBRAS, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

<u>Credor</u>	<u>Valor Habilitado</u>	<u>Proposta</u>
ELETROPAR	57.356	13.340

Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil. O saldo de R\$ 4.152 está registrado no contas a receber. O restante do valor será pago da seguinte forma:

- Pagamento do valor correspondente a 1/3 (um terço) em uma parcela 12 meses após a data de homologação da assembleia geral dos credores. A data prevista para o recebimento é 18/12/2016;
- Pagamento dos outros 2/3 (dois terços) em 24 parcelas mensais e sucessivas. A data prevista para o recebimento da 1ª parcela é 18/01/2017.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.

No dia 22 de março de 2016 foi repassado o valor de R\$ 3.142, acrescidos de juros e descontada a taxa de administração da ELETROPAR, para a CHESF.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.

DIREITOS ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015	31/03/2016
Contas a receber – Cedentes	4.152	4.152
Outros créditos a receber	1.000	1.000
	5.152	5.152
Ativo Circulante	2.384	2.384
Ativo Não Circulante	2.768	2.768

OBRIGAÇÕES ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2015	2% Eletropar	Pagamento	31/03/2016
Obrigação com as Empresas Cedentes	13.073	63	(3.142)	9.994
	13.073	63	(3.142)	9.994
Passivo Circulante	10.305			7.226
Passivo Não Circulante	2.768			2.768

Para composição do Contas a Pagar, está nota explicativa é complementada pelas informações que constam na nota explicativa nº 11.

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2015	31/12/2015
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	7
IRRF sobre aplicações financeiras	37	1.027
IRRF – exercícios anteriores	4.887	4.082
IRRF – exercício 2015	1.068	987
CSLL - antecipada	5	5
COFINS/PIS	3	3
	6.000	6.111
Circulante	2.130	3.919
Não Circulante	3.870	2.192
	6.000	6.111

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de março de 2016 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/03/16	31/12/15			
Eletropaulo ¹	16.891	17.603	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	18.720	17.888	ON	1.485.678	0,31
CPFL Energia ³	34.457	26.687	ON	1.758.021	0,18
	70.068	62.178			

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

No primeiro trimestre de 2016 foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável do investimento que a ELETROPAR mantém em sua investida Eletropaulo, no montante de R\$ 712.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a

¹ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

² EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³ CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

ELETROBRAS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.060.225	0,6578
EMAE	PN	523.911	1,420

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/15	18.547	10.798	29.345
Ajuste de equivalência	365	-	365
Outros resultados abrangentes	-	-	-
JCP/Dividendos	-	-	-
Saldo em 31/03/16	18.912	10.798	29.710

Considerando que a investida EMAE até a presente data não divulgou as informações referentes 1º trimestre de 2016, a Companhia utilizou os últimos resultados divulgados em 31 de dezembro de 2015.

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema ELETROBRAS. Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

	Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP	Partic. 0,6578%
Patrimônio Líquido 31/03/16	5.430.616	35.723
Ajustes acumulados	(2.555.869)	(16.812)
Saldo ajustado em 31/03/16	2.874.747	18.911

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão no 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 21 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou Despacho nº 4036/2015 com novo entendimento para o valor das instalações do "SE" que a CTEEP teria direito de receber, no montante de R\$3.896.328 mil. Também, em 20 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 120, determinando que os valores homologados pela ANEEL relativos à estes ativos, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica à partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos.

A CTEEP está analisando os impactos contábeis desse normativo e, até que a regulamentação pela ANEEL ocorra, a Companhia mantém registrado, a valor de custo de construção dessa infraestrutura no montante de R\$1.490.996 mil, equivalente ao ativo imobilizado regulatório (valor histórico). Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.807.

II.1 Ativo e Passivo Coligadas

31/03/2016						
Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	46.676	6.925.299	893.474	647.885	5.430.616
EMAE*	1,42	15.913	983.246	-	238.452	760.707

*Dados de 31/12/2015

II.2 Resultado Coligadas

31/03/2016						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	236.135	10.659	(36.878)	(23.534)	94.411	(1.936)

EMAE*	170.465	31.746	(2.299)	(6.144)	59.790	(879)
--------------	---------	--------	---------	---------	--------	-------

*Dados de 31/12/2015

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Avaliados ao valor justo	70.068	62.178
Avaliados por equivalência patrimonial	29.710	29.345
	<u>99.778</u>	<u>91.523</u>

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ELETROBRAS	981	1.094
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda.	47	47
Cedentes	9.994	13.073
Outros	11	15
	<u>11.033</u>	<u>14.229</u>
CIRCULANTE	8.265	11.461
NÃO CIRCULANTE	2.768	2.768

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

<u>01/01/16</u>	<u>01/01/15</u>
a	a
<u>31/03/16</u>	<u>31/03/15</u>

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	1.771	1.585
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	602	539
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(310)	(309)
Provisão p/ perdas - investimentos disp. p/ venda	242	-
Outros	(166)	(75)
	<u>(234)</u>	<u>(384)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	368	155
Alíquota efetiva	20,80%	9,76%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/15	11.342
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	2.925
Saldo em 31/03/16	14.267

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de março de 2016 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.587	1.915.988	16,29
	28.588	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de março de 2016, é de R\$ 12,93 por ação (R\$ 12,33 por ação, em 31 de dezembro de 2015).

II – Remuneração aos acionistas

Em 31 de março de 2016, a Companhia mantinha no passivo o valor de R\$ 1.341 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro ajustado do exercício de 2015. Adicionalmente, a administração propôs à Assembleia a distribuição de dividendo adicional de R\$ 4.020, o qual foi mantido no patrimônio líquido, correspondente a 75% do lucro ajustado do exercício de 2015.

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/16 a 31/03/16

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.403
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,11929</u>

01/01/15 a 31/03/15

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.430
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764

www.eletrobraspar.com.br

% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,12152</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PASSIVO		
Contas a pagar		
- ELETROBRAS ⁴	981	1.094
	981	1.094
	<u>31/03/16</u>	<u>31/03/15</u>
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	387	295

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à ELETROBRAS em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre ELETROBRAS e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da ELETROBRAS, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela ELETROBRAS à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à ELETROBRAS dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à ELETROBRAS.

Aluguel	21	20
Energia	5	3
	413	318

II – Coligadas

CTEEP	31/03/2016	31/12/2015
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	2.206
Participação Societária	18.913	18.547
	18.913	20.753

	31/03/2016	31/03/2015
RESULTADO		
Perda na subscrição	-	-
Resultado com participações societárias	365	330
	365	330

EMAE	31/03/2016	31/12/2015
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	52
Participação Societária	10.798	10.798
	10.798	10.850

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	-	342
	-	342

	31/03/2016	31/03/2015
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	-	382
	-	382

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/03/16	31/03/15
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	259	225
Encargos Sociais	89	87
Benefícios	6	7
	354	319

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como possível.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015.

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	300
TOTAL	300

NOTA 17 - Eventos Subsequentes

I – Levantamento de falência Eletronet

Em 07 de abril de 2016, foi realizada a Ata da Entrega das Chaves da Eletronet S.A., com a presença da Dra. Renata Vilela Muledo, Síndica da Massa Falida da Eletronet S.A., os representantes legais das acionistas da Eletronet S.A., LT Bandeirante Empreendimentos Ltda. e Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR, e os novos administradores da Companhia, eleitos no dia 11 de março de 2016.

Após cumpridas integralmente todas as deliberações da Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., realizada em 15/12/2015, formalizou-se, neste ato, a entrega das chaves da Eletronet S.A. pela Síndica aos acionistas e administradores eleitos.

II – Pagamento obrigações cedentes

Nos dias 15 e 20 de abril de 2016, foram pagos a Eletronorte e a Furnas, os montantes de R\$ 1.686 e R\$ 3.258, respectivamente, decorrentes dos créditos recebidos da Eletronet.

Esses créditos foram contabilizados no contas a pagar em dezembro de 2015 e estão sendo repassados às cedentes, acrescido de juros. A taxa de administração da Eletropar foi descontada deste saldo.

III – Pagamento de dividendos

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, foi deliberado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e do adicional proposto, este último correspondente à 75% do lucro líquido ajustado do exercício de 2015.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, em 29 de abril de 2016, foi iniciada (a partir de 2 de maio de 2016) a realização do pagamento dos dividendos cujo valor original foi de R\$ 5.361, ao qual foi acrescido o montante de R\$ 231, referente a atualização pela taxa Selic no período de 1º de janeiro de 2016 até a data do efetivo pagamento.

IV – Subscrição Ações CTEEP

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de maio de 2016, foi aprovada a participação da Companhia no processo de aumento de capital da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), mediante subscrição de novas ações, conforme Aviso aos Acionistas divulgado pela CTEEP em 05 de abril de 2016.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, em 04 de maio de 2016, a ELETROPAR adquiriu 23.276 (vinte três mil, duzentos e setenta e seis) ações preferenciais, ao preço unitário de R\$ 45,40 (quarenta e cinco reais e quarenta centavos), totalizando o montante de R\$ 1.057.

Após a subscrição em referência, a ELETROPAR manterá, no mínimo, sua participação de 0,66%, das ações preferenciais da CTEEP.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
*Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6*